

Evidenciação de Ativos Intangíveis nas Empresas Vencedoras do Prêmio Inovação Valor

Juliette Freires de Amorim

Universidade Federal do Ceará
juliettefamorim@gmail.com

Carlos Adriano Santos Gomes Gordiano

Universidade Federal do Ceará
adrianogordiano@ufc.br

Levy Ruanderson Ferreira da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
levy.silva.700@ufrn.edu.br

Eduardo Rodrigues Linhares

Universidade Federal do Ceará
eduardo.linhares@ufc.br

RESUMO

O objetivo geral deste estudo é identificar os determinantes de evidenciação de ativos intangíveis nas empresas vencedoras do Prêmio Valor Inovação Brasil no período de 2015 a 2020. Para isso, foram analisadas 71 empresas e constituída a variável dependente “evidenciação” a partir de 9 itens de divulgação determinados pelo CPC 04. Além disso, as variáveis independentes (grau de intangibilidade, receita, grau de inovação, nível de governança corporativa, tamanho da empresa e tipo de auditoria) foram constituídas a partir da revisão de literatura e deram subsídios para a criação das seis hipóteses. Os resultados da pesquisa demonstraram que as variáveis grau de intangibilidade, receita e a quantidade de participações no *ranking* do prêmio tiveram correlação positiva moderada, enquanto as hipóteses sobre o tamanho da empresa e nível de governança corporativa evidenciaram uma baixa correlação, não sendo um fator determinante do nível de divulgação dos itens do CPC 04 (R1). Além disso, a variável com correlação negativa foi a auditoria, que apresentou correlação fraca.

Palavras-chave: Ativos Intangíveis. CPC 04 (R1). Evidenciação.

1 INTRODUÇÃO

Os ativos intangíveis são considerados recursos imateriais, necessários para a criação e venda de produtos, a mudança ou melhoramento de processos de produção e configuram-se vantagem competitiva para o desempenho financeiro (MOURA *et al.*, 2020). Sua gestão pode ser entendida como o processo de verificar estratégias e tecnologias organizacionais que tenham relevância para as empresas em seu ramo de atividade (MOURA; FANK; VARELA, 2012).

À medida que esses ativos são geridos, transformam-se em fontes de vantagem competitiva para as empresas e podem gerar benefícios econômicos futuros as entidades (HOSS;

ROJO; GRAPEGGIA, 2010), vantagens competitivas, pois as diferenciam no mercado e se relacionam aos diversos aspectos organizacionais da entidade (RITTA; CUNHA; KLANN, 2017). Esse olhar das instituições aos ativos intangíveis, compreendendo a sua importância para a entidade, repercutiu significativamente na forma com que são mensurados, reconhecidos e evidenciados, de modo a potencializar os ganhos para a empresa (CUNHA *et al.*, 2011).

Nesse sentido, diferentemente do período da Revolução Industrial, em que os ativos palpáveis eram considerados relevantes para as organizações, na Era da Informação, os bens intangíveis como propriedade intelectual ou direitos autorais tornaram-se igualmente relevantes pelo seu diferencial competitivo e são barreiras de entradas para outras empresas naquele negócio. Desse modo, destaca-se que evidenciar ativos intangíveis está associada às necessidades internas e externas da organização, proporcionando a transparência na divulgação das informações contábeis, considerando os retornos empresariais com esses ativos (REBOUÇAS *et al.*, 2019).

Nesse contexto, os investimentos em ativos intangíveis podem ter ligação direta a inovação, considerando que os maiores volumes de recursos em geração de novos ativos, maiores podem ser os ganhos relativos aos bens intangíveis (SANTOS *et al.*, 2012), desse modo, os investimentos bem direcionados a esses bens podem representar como determinante da geração de riqueza as organizações (RITTA; CUNHA; KLANN, 2017). Por esse motivo, a seleção de amostra teve como base as empresas presentes no *ranking* do Prêmio Valor Inovação Brasil, que é uma parceria entre o jornal Valor Econômico e a *Strategy&*, consultoria estratégica da *PricewaterhouseCoopers* (PwC).

Com edições anuais desde 2015, o prêmio é destinado às empresas que investem em inovação a longo prazo e que tratam o tema inovação como pilar estratégico. As organizações participantes necessariamente devem investir pelo menos 5% da participação privada do seu capital em desenvolvimento de pesquisas, patentes e outros produtos de inovação. Além disso, os premiadores dividem as empresas e o desempenho da organização em relação ao seu setor de atuação (STRATEGY&, 2020).

A cada ano, a premiação aborda temas relacionados à inovação e as empresas interessadas respondem a pesquisa com base em cinco pilares: i) intenção de inovar; ii) esforço para realizar a inovação; iii) resultados obtidos; iv) avaliação do mercado e, v) geração de conhecimento. Os critérios analisados são: investimentos em atividades de pesquisa,

desenvolvimento e inovação, capacidade para gerar conhecimento e aplicação estratégica para as novas tecnologias. O resultado é apresentado em um *ranking* das empresas que mais inovam nos setores que atuam (STRATEGY&, 2020).

Ou seja, os investimentos em ativos intangíveis (marcas, patentes, pesquisas, capital intelectual, direitos autorais, propriedade intelectual) podem ser produtos da inovação e serem barreiras de entradas para demais empresas atuantes no setor, gerando ganhos às organizações (HOSS; ROJO; GRAPEGGIA, 2010). Desse modo, a pesquisa se debruça sobre a seguinte questão problema: Quais os fatores determinantes do nível de evidenciação de ativos intangíveis nas empresas vencedoras do Prêmio Valor Inovação Brasil no período de 2015 a 2020? Com objetivo de identificar os determinantes da evidenciação dos ativos intangíveis nas empresas vencedoras do Prêmio Valor Inovação Brasil durante os anos de 2015 a 2020, com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 04 (R1) (2010).

Sobre as contribuições desta pesquisa, mencionam-se duas: a primeira, contribuir com a literatura sobre a evidenciação e a disseminação informacional dos ativos intangíveis no mercado, pois, representam-se esses parcela significativa para o patrimônio da entidade (REIS *et al.*, 2016). Além disso, com o cenário tecnológico e competitivo, os ativos intangíveis contribuem para a geração de riquezas e avaliação contábil-econômica das empresas pelos usuários externos, com base na teoria da sinalização, a evidenciação desempenha papel fundamental e o retorno de líquidos das ações (SPENCE, 1973; LABIDI; GAJEWSKI, 2019). A segunda, contribui com a literatura sobre ativos intangíveis, apresentando evidências sobre quais são os fatores que interferem na decisão das empresas de evidenciar ou não as informações referentes a esses bens.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria da sinalização e o processo de evidenciação contábil

O nível de informação disponível mais completo apresentado pela entidade é quando as empresas evidenciam as informações determinadas pelos órgãos reguladores (obrigatórias) e as voluntárias (LIMA *et al.*, 2016). Assim, os incentivos às empresas para divulgação voluntária de informações financeiras apresentam-se como relevantes à ciência contábil, pois nesses casos a regulamentação torna essa divulgação não obrigatória, mas que propiciam aos usuários mais informações sobre a entidade (CUNHA; RIBEIRO, 2008).

A evidenciação de informações ou *disclosure* pode ser entendido sobre o processo de externalização de itens inerentes a empresa que são relevantes no contexto que a informação está inserida. Com relação aos termos em língua portuguesa, geralmente são utilizados como sinônimos para *disclosure* as expressões evidenciação e divulgação (SCHMIDT, 2018).

Nesse sentido, a evidenciação contábil costuma ser conhecida pelos usuários da informação como sinônimo das notas explicativas. No entanto, também englobam os demais aspectos da evidenciação contábil contidos nos relatórios da empresa, dentre as quais podem ser destacados: a forma e a apresentação das demonstrações contábeis, as informações parênteses, os quadros e demonstrativos suplementares, os comentários do auditor e o relatório da administração (IUDÍCIBUS, 2015). Além disso, as evidências contábeis, além de oferecer transparência aos usuários externos (clientes, credores, fornecedores, governo, acionistas e demais *stakeholders*) sobre a situação estática da empresa, servem também para auxiliar a gestão, possibilitando conhecer, monitorar e tomar medidas corretivas sobre seus intangíveis (MOURA; VARELA; BEUREN, 2014).

A partir deste cenário, a teoria da sinalização afirma que os sinais são ações que um agente pode realizar para transmitir informações. Segundo a teoria, as companhias com maior valor de mercado buscam destacar os seus atributos, emitindo sinais por meio do *disclosure* voluntário e reduzindo a assimetria de informação (KOMARA; GHOZALI; JANUARTI, 2020). Essa teoria também contribui para explicar como os *stakeholders* avaliam e reagem a situações em que as informações disponibilizadas são irregulares, incompletas e distribuídas de forma assimétrica entre os usuários do mercado (SPENCE, 1973).

Desse modo, com a existência de assimetrias informacionais, a teoria da sinalização propõe que a companhia pode emitir sinais de forma voluntária aos seus *stakeholders* como forma de diferenciação no mercado (SPENCE, 1973). Assim, visando transmitir as informações relevantes sobre as suas intenções, as companhias devem registrar seus intangíveis e evidenciá-los, uma vez que seus usuários esperam a divulgação completa e confiável das informações nas demonstrações financeiras da empresa para formem uma opinião e tomem decisões finais importantes sobre a eficiência e as perspectivas de uma determinada entidade (BUDNIK, 2020).

2.2 Ativos intangíveis: inovação e evidenciação

A principal característica dos ativos é a habilidade de prestar serviços futuros à entidade que os controla e como esses ativos podem se transformar em novos recursos ou converter-se

em disponibilidades para as empresas (GELBCKE *et al.*, 2018). Após o fim do período industrial, o foco que estava quase completamente nos ativos tangíveis passou a ser dividido com os ativos intangíveis, uma vez que a propriedade intelectual, marcas, pesquisas e patentes começaram a ser percebidos pelos administradores como tão importantes quanto fábricas, instalações ou jazidas de minério (STEFANO *et al.*, 2014). Por volta do final da década de 1990, a contabilidade financeira ampliou o escopo da incorporação e avaliação dos ativos intangíveis, bem como as informações intelectuais, como: produtos, serviços, funcionários, habilidades, processos internos e até mesmo a fidelização dos clientes (KAPLAN; NORTON, 1997).

Nesse cenário, a capacidade das empresas com caráter inovador está associada fortemente com investimentos em intangíveis e com isso, conseguem vantagens competitivas capazes de influenciar toda a cadeia de valor (MIRANDA *et al.*, 2013). Essa relação entre intangível e inovação é reforçada por Teh, Kaio e Kimura (2008) que destacam as vantagens competitividade e a sobrevivência das empresas no mercado.

O ativo intangível nada mais é do que os bens e direitos controlados pela entidade, capazes de gerar benefícios econômicos futuros e que podem restringir o acesso de terceiros a esses benefícios, sendo o controle exercido com base em direitos legais. Em muitos casos, apesar da ausência dos direitos legais dificultar a comprovação do controle, esse ponto não é determinante, pois a entidade pode controlar um ativo intangível de outra forma que não seja por meio dos dispositivos legais (GELBCKE *et al.*, 2018).

Os ativos intangíveis podem ser classificados de acordo com a sua vida útil, podendo ser definida quando a vida útil do bem seja conhecida ou não definida (quando a vida útil for limitada ou ilimitada, mas impossível determinar de forma confiável). Quando a mensuração do ativo intangível puder ser definida, o cálculo deve ser realizado de maneira prudente, observando que a vida do bem não pode exceder o período em que a entidade poderá galgar benefícios econômicos desse ativo. Ao mesmo tempo, a vida útil não pode ser estimada em um curto prazo ao ponto irreal (CPC, 2010). No cálculo para definição da vida útil dos ativos intangíveis, deve-se levar em consideração a manutenção exigida da entidade para mantê-la em operação esperado pela mantenedora (MAZZIONI; DOMENICO; BEDIN, 2014).

A amortização dos ativos intangíveis da vida útil é definida a partir do momento em que eles são dispostos para uso da entidade, incluindo as condições necessárias para a sua utilização conforme havia-se pretendido. O ativo intangível é cessado ao final de sua vida útil a partir da

finalização das amortizações mensuradas sobre o uso do bem, sendo mantidos apenas para a venda. Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não devem ser amortizados, mas a entidade precisa realizar o teste anualmente ou quando obtiver evidências suficientes de que o ativo possa ter diminuído o seu valor (CPC, 2010).

Os exemplos dos ativos intangíveis são: programas de *software*, marcas e patentes, capital intelectual, direitos autorais, contratos sobre filmes cinematográficos, hipotecas e comercialização, listas de clientes, licenças de pesca e participação no mercado desde que sejam identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros (CPC, 2010; MAZZIONI *et al.*, 2017).

No Brasil, com a adoção do CPC 04 (R1) (2010), os ativos intangíveis gerados internamente passaram a ser classificados nas fases de pesquisa e desenvolvimento. Na fase de pesquisa, os gastos devem ser reconhecidos como despesa do período, pois a entidade consegue mensurar com confiabilidade os benefícios econômicos do ativo em produção. Na fase de desenvolvimento da pesquisa, os benefícios econômicos futuros passam pelo crivo da informação contábil fidedignidade e são verificados, considerando que no processo de pesquisa, estará mais avançada (CPC, 2010).

Sobre a evidenciação dos ativos intangíveis, o CPC 04 (R1) (2010) em seu item 118 orienta a respeito das informações que as entidades devem divulgar: Primeiramente, a vida do útil do intangível deve ser definida ou indefinida, considerando as taxas de amortização utilizadas. Na sequência, a administração deve apresentar claramente sobre os métodos para amortizar os intangíveis com vida útil definida, o valor contábil bruto, a amortização acumulada no período e a rubrica da demonstração do resultado do exercício (CPC, 2010). Em seguida, a rubrica da demonstração do resultado apresenta qualquer amortização que seja incluída, finalizando assim, a conciliação contábil nos momentos iniciais e finais do período. O último tópico é dividido em oito itens que tratam das alterações (adições ou baixas) de contas referentes ao ativo intangível no balanço patrimonial e nas demais demonstrações contábeis (CPC, 2010).

Frisa-se destacar que o registro inicial do intangível para contabilidade deve ocorrer logo após a caracterização (GELBCKE *et al.*, 2018). O CPC 04 (R1) (2010) explica que logo após seu reconhecimento inicial um ativo intangível precisa ser mensurado com base no custo, deduzido desse valor a amortização acumulada e possíveis perdas estimadas por redução ao valor recuperável.

2.3 Estudos anteriores relacionados à temática desta pesquisa

Os itens de evidenciação obrigatórios dos ativos intangíveis foi motivo de investigação da literatura contábil. A pesquisa de Devalle, Rizzato e Busso (2016), buscou analisar os 4.950 itens de divulgação obrigatória de 165 grupos listados na bolsa de valores da Itália. O método utilizado foi o modelo de regressão dos mínimos quadrados ordinários (MQO), definindo quais os determinantes impactavam a divulgação obrigatória dos ativos intangíveis. A partir dos achados empíricos, verificou-se que a divulgação obrigatória dos ativos intangíveis possui significância positiva quando associada ao tamanho da empresa, a quantidade dos ativos intangíveis e ao retorno sobre o patrimônio.

As investigações sobre os ativos intangíveis também foram alvos dos pesquisadores latino-americanos. Os autores Ferla, Muller e Klann (2019), buscaram observar a influência dos ativos intangíveis no desempenho econômico de empresas latino-americanas. O esforço amostral para realização da pesquisa foi de 543 empresas de 4 países diferentes, inclusive o Brasil. Os resultados mostraram que há influência do grau de intangibilidade sobre o desempenho das empresas, significativamente com resultados mais fortes na Argentina. Para as empresas brasileiras, os achados da pesquisa evidenciaram uma relação negativa sobre o retorno do patrimônio líquido, o que demonstra que depende dos fatores e características de cada país.

As diferenças entre os níveis de evidenciação dos ativos intangíveis, conforme especifica o processo de convergência contábil foi objeto de estudo de Garcia *et al.* (2017), que analisou as diferenças práticas de mensuração e evidenciação dos ativos intangíveis nas empresas brasileiras e australianas, conforme especificações das IFRS. No total, foram selecionadas seis empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa e dez empresas da *Australian Securities Exchange*. Os resultados apontaram que as empresas australianas obtiveram um nível de evidenciação maior do que as empresas brasileiras (52,73% e 43,18%, respectivamente), mas não foi possível verificar o pressuposto de que a cultura da Austrália contribui para a transparência das companhias.

De forma teórica, Verrecchia (2001) afirma que as empresas maiores suportam melhor os custos do processo de divulgação, justamente por esses custos serem menores se comparados ao tamanho dessas organizações e sua capacidade de suportá-los. Assim, espera-se que o nível de divulgação esteja diretamente relacionado ao tamanho da empresa. Sobre o tamanho dos

ativos intangíveis, o estudo de Moura, Varela e Beuren (2014) verificaram que entre as maiores empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa havia uma relação entre o nível de evidenciação, o tamanho do intangível e as práticas de governança corporativa. De modo geral, empresas com maior conformidade de evidenciação obrigatória estavam associadas à proporção de ativos.

Com base nisso, formulou-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H1: Empresas com maior grau de intangibilidade tendem a divulgar mais informações do que empresas com menor grau de intangibilidade.

Com relação a receita das organizações, existe uma relação positiva entre os itens de receita e do patrimônio líquido com os ativos intangíveis das empresas. Os investimentos nesses ativos podem resultar no aumento de receitas e outras vantagens competitivas estratégicas e benefícios económicos futuros para as organizações (RITTA; ENSSLIN, 2010).

A partir disso, formulou-se a segunda hipótese do estudo:

H2: Empresas com maior receita tendem a divulgar mais informações sobre intangíveis do que empresas com receitas menores.

Utilizando a intensidade tecnológica como base, é possível propor uma maior propensão de reconhecimento de ativos intangíveis pelas empresas de setores intensivos em P&D, devido a possibilidade de registro de marcas, patentes e outros intangíveis, demonstrando que a intensidade tecnológica das empresas possui influência positiva sobre o desempenho das organizações (VIGLIONI; CALEGARIO, 2021). Assim, a intensidade tecnológica e a inovação podem implicar em uma maior probabilidade de a empresa ser intensiva no reconhecimento de ativos intangíveis (AXTLE-ORTIZ, 2013).

Dessa forma, levando em consideração a inclinação das empresas em realizar o reconhecimento de uma quantidade maior de ativos intangíveis, levando em consideração a intensidade tecnológica, formulou-se a terceira hipótese:

H3: Empresas mais inovadoras, isto é, que participaram mais do ranking, apresentam maior divulgação sobre intangíveis.

Em relação ao nível de governança corporativa, os resultados dos estudos de Mazzioni *et al.* (2017) evidenciam que empresas que possuem algum nível de governança corporativa apresentam relação positiva ao analisar o nível de evidenciação dos bens intangíveis. As práticas de governança corporativa além de exercerem influência sobre o desempenho organizacional, também melhoram a qualidade do processo de elaboração da informação fornecida ao usuário contábil (BARROS, 2012).

Com base nessas informações formulou-se a quarta hipótese:

H4: Empresas com maiores níveis de governança corporativa apresentam maior divulgação sobre intangíveis.

O tamanho da companhia é uma das variáveis bastante utilizadas na literatura que objetiva explicar a evidência de informações sobre os ativos intangíveis nos demonstrativos contábeis (MACAGNAM, 2009). Na pesquisa de Kloeppel, Klann e Zittei (2013), verificou-se que a existência de relação positiva entre as informações divulgadas sobre o ativo intangível e o tamanho da empresa.

Levando em consideração os aspectos apresentados, formulou-se a quinta hipótese:

H5: O tamanho da empresa é um fator determinante no nível de evidenciação.

De acordo com os estudos de Murcia *et al.* (2009) e Rover *et al.* (2012), as empresas auditadas por *big four* (Deloitte Touche Tohmatsu, Ernst&Young, KPMG e PricewaterhouseCoopers) tendem a divulgar informações detalhadas em seus demonstrativos que as empresas auditadas por outras firmas de auditoria não pertencentes ao grupo das *big four*. Isso ocorre porque as auditorias independentes tendem a focar apenas nas organizações com alto nível de evidenciação contábil.

Dessa forma, formulou-se a última hipótese da pesquisa:

H6: Empresas auditadas por empresa big four apresentam maior nível de evidenciação.

3 METODOLOGIA

O presente estudo tem por objetivo identificar os determinantes da evidenciação dos ativos intangíveis nas empresas vencedoras do Prêmio Valor Inovação Brasil durante os anos de 2015 a 2020, com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 04 (R1) (2010). Para isso, a pesquisa classifica-se quanto aos objetivos como descritiva, quanto à abordagem do problema como quantitativa e quanto ao delineamento, bibliográfica e documental (GIL, 2017).

Para coleta de dados utilizou-se os relatórios financeiros publicados por 71 companhias participantes, vencedoras do prêmio valor inovação Brasil referentes aos exercícios de 2015 a 2020 e que estão listadas na B3, dando ênfase na investigação às suas notas explicativas. A escolha do período considerou a quantidade de edições apresentadas pelo Prêmio Valor Inovação Brasil, realizado conjuntamente entre a Strategy& - consultoria estratégica da PwC - e o Jornal Valor Econômico. Quanto às empresas, considerou-se as vencedoras por apresentarem os melhores resultados no que diz respeito aos pilares desenvolvidos pela

premiação, sendo eles: intenção de inovar, esforço para realizar a inovação, resultados obtidos, avaliação do mercado e geração de conhecimento.

É importante ressaltar que apesar do prêmio possuir um *ranking* setorial, contando 22 setores de atuação: agronegócio; alimentos, bebidas e ingredientes; automotivo e veículos de grande porte; bancos; bens de capital; comércio; cosméticos, higiene e limpeza; eletroeletrônica; farmacêuticas e ciências da vida; energia elétrica; construção e engenharia; infraestrutura; materiais de construção; mineração, metalurgia e siderurgia; petróleo, gás e petroquímica; serviços; serviços financeiros; serviços médicos; seguros e planos de saúde; tecnologia da informação; telecomunicações; transporte e logística, foi utilizada para fins de realização desta pesquisa a lista geral das empresas vencedoras, sem divisão dos setores (STRATEGY&, 2020).

Tabela 1 – Lista das empresas e quantidade de participações no *ranking*.

Participações no <i>ranking</i>	Empresas	Quantidade	%
1 participação	Alpargatas, Ampla, Bombril, Coelce, Sabesp, Eletropaulo, Gol, Grupo Soma, Invepar, Linx, Neoenergia, Raizen, Suzano, Tupy, Unidas.	15 empresas	21,13%
2 participações	B3, Cemig, Coteminas, Cyrela, Dasa, Elektro, Engie, Intelbras, Klabin, Movida, Randon, Smiles, Stara, Usiminas, Via Varejo.	15 empresas	21,13%
3 participações	Anima, Americanas, Banco do Brasil, Gerdau, Hypera, Lojas Renner, Magazine Luiza, Oi, Positivo Tecnologia, Sul America.	10 empresas	14,08%
4 participações	Aes Tiete, Sanepar, Instituto Hermes Pardini, JBS, Light Energia, Localiza Rent a Car, MRV Engenharia, Tecnisa, Tim.	9 empresas	12,68%
5 participações	Ambev, BRF, Copel, EDP, Embraer, Energisa, Mahle-Metal Leve, Petrobrás, São Martinho, Vale.	10 empresas	14,08%
6 participações	Algar Telecom, Bradesco, Santander, Braskem, CPFL Energia, Duratex, Fleury, Itau Unibanco, Natura, Totvs, Weg, Whirlpool.	12 empresas	16,90%
Total		71 empresas	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Para tabulação dos dados e organização das informações apresentadas nos demonstrativos, utilizou-se o *check-list* dos 9 indicadores de evidenciação do CPC 04, estruturado em 3 categorias, considerando a vida útil, amortização e adições, baixas e outros, conforme evidenciado no Quadro 01.

Quadro 1 – Indicadores de divulgação exigidos pelo CPC 04 (R1) (2010) abordados na pesquisa.

Categorias	Indicadores
Vida útil	1. Divisão dos intangíveis por vida útil definida e indefinida;
	2. Prazo de vida útil ou taxa de amortização;

Amortização	3. Método de amortização;
	4. Valor contábil bruto, amortização acumulada, perda acumulada no valor recuperável;
	5. Amortização de intangível na demonstração do resultado;
	6. Qualquer amortização reconhecida no período;
Adições, baixas e outros	7. Aumentos ou reduções por reavaliações, perda, desvalorização e/ou reversões de provisões para perdas de ativos reconhecidas no resultado do período;
	8. Conciliações de valor inicial e final de adições (geradas por desenvolvimento interno e as adquiridas), por combinação de negócios e de ativos mantidos para venda;
	9. Variações cambiais líquidas geradas por conversão.

Fonte: Adaptado de CPC 04 (R1) (2010).

Para quantificar os indicadores de divulgação orientados pelo CPC 04 (R1) (2010), adotou-se o uso da variável binária ou dicotômica, atribuindo o valor 1 (um) para as empresas que evidenciaram o item apontado no pronunciamento e 0 (zero) para aquelas que não evidenciaram. Nos casos em que a situação não se aplica, o registro foi efetuado com a identificação “NA” e o indicador foi excluído da composição para o resultado.

Na análise dos dados, adotou-se o coeficiente de correlação de *Pearson* para analisar o grau de correlação entre as variáveis. O grau de correlação possui faixas de interpretação, considerando baixa correlação entre 0 e 0,19, correlação fraca nas faixas entre 0,20 a 0,39, correlação moderada entre 0,40 a 0,69, correlação forte na faixa de 0,70 a 0,89 e correlação muito forte quando o resultado apresentar entre 0,90 a 1 (GUJARATI; PORTER, 2011).

Quadro 2 – Grau de correlação de acordo com os resultados da pesquisa.

Resultado encontrado	Grau de correlação
Entre 0 e 0,19	Baixa correlação
De 0,20 a 0,39	Correlação fraca
De 0,40 a 0,69	Correlação moderada
De 0,70 a 0,89	Correlação forte
De 0,90 a 1	Correlação muito forte

Fonte: Adaptado de Gujarati e Porter (2011).

As seis hipóteses do estudo buscam relacionar o nível de divulgação dos ativos intangíveis com as seguintes variáveis: tamanho do ativo intangível, valor da receita, grau de inovação, nível de governança corporativa, tamanho da empresa e forma de auditoria.

Para mensurar o grau de intangibilidade, foi analisada a média do intangível pela média do ativo entre os anos do prêmio (GURGEL, 2021). Na variável da receita, adotou-se a média do valor total da receita nos anos analisados e para o grau de inovação utilizou-se a quantidade de vezes que a empresa esteve no *ranking* do prêmio ao longo dos anos.

Foi considerado para medir o nível de governança corporativa os índices de governança da B3 (IGCT, IGCX, IGM, ITAG), para a variável tamanho da empresa, utilizou-se o valor da média do ativo total e para a variável auditoria, as empresas que foram auditadas pelas *big four*.

Quadro 3 – Variáveis abordadas na pesquisa.

Variáveis testadas	Proxy
Grau de Intangibilidade	<u>Ativo Intangível</u> Ativo Total
Receita	Média da receita dos anos analisado
Grau de inovação	Quantidade de vezes que participou do <i>ranking</i>
Nível de governança corporativa	Participação nos índices de governança corporativa da B3 (IGCT, IGCX, IGM, ITAG)
Tamanho da empresa	Média do valor do ativo total durante os períodos
Auditoria por <i>big four</i>	Verificar empresas que são auditadas por <i>big four</i> (1) ou por outras empresas de auditoria (0)

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apesar do presente estudo se debruçar sobre o *check list* com 9 indicadores introduzidos pelo CPC 04 (R1) (2010), observou-se que as empresas analisadas evidenciaram entre 2 e 8 itens (categorias). Conforme evidenciado na Tabela 2, os itens evidenciados somaram-se o valor de 1, enquanto os itens não evidenciados correspondiam a 0.

Tabela 2 – Lista dos indicadores e evidenciação nas empresas

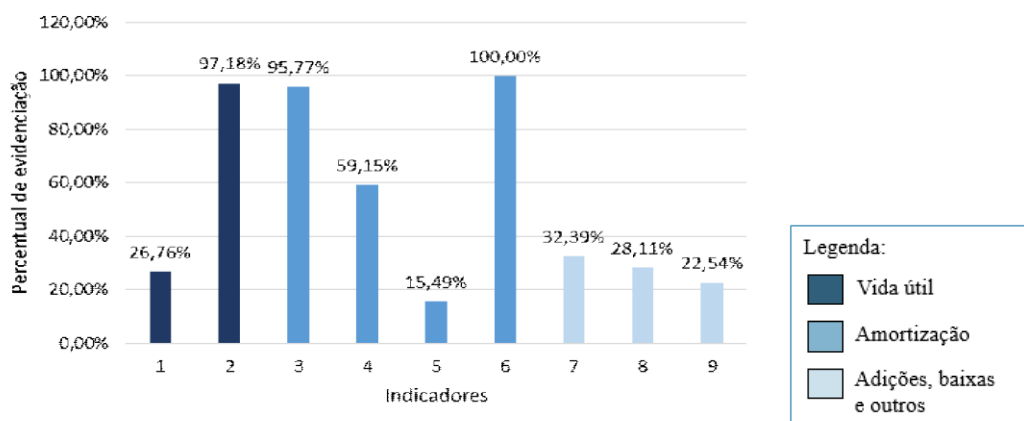
Indicador	Categoria	Frequência	f(%)
Indicador 1	Vida útil	19	26,76%
Indicador 2	Vida útil	69	97,18%
Indicador 3	Amortização	68	95,77%
Indicador 4	Amortização	42	59,15%
Indicador 5	Amortização	11	15,49%
Indicador 6	Amortização	71	100,00%
Indicador 7	Adições, baixas e outros	23	32,39%
Indicador 8	Adições, baixas e outros	20	28,11%
Indicador 9	Adições, baixas e outros	16	22,54%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Observa-se a partir dos achados que os indicadores mais evidenciados pelas empresas foram os indicadores 6: Qualquer amortização reconhecida no período (100%); 2: Prazo de vida útil ou taxa de amortização (97,18%); e, 3: Método de amortização (95,77%). Os indicadores

menos evidenciados foram 1: Divisão dos intangíveis por vida útil definida e indefinida; 9: Variações cambiais líquidas geradas por conversão; e, 5: Amortização de intangível na demonstração do resultado. Os resultados foram identificados pelos indicadores para melhor visualização foram apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Indicadores e evidenciação nas empresas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os resultados discriminados nesta pesquisa estão de acordo com Diniz Filho e Damasceno (2017), que analisou a evidenciação de empresas situadas no Estado do Maranhão em relação ao intangível, constatando-se que o item do *check list* com o maior percentual de evidenciação foi o valor do intangível e a amortização, com 94% de evidenciação.

O Quadro 4, apresenta o grau de associação entre o nível de evidenciação e as variáveis, apresentando-se os seguintes resultados:

Quadro 4 – Coeficientes das variáveis analisadas.

Variável	Grau de Correlação (em %)	Variável	Grau de Correlação (em %)
Grau de intangibilidade	58,78%	Tamanho da empresa	6,38%
Receita	56,64%	Nível de governança corporativa	6,32%
Grau de Inovação	42,66%	Tipo de auditoria	-30,33%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os resultados apresentados evidenciam-se que o grau de associação positiva moderada (58,78%) entre o grau de intangibilidade e a tendência a divulgação de mais informações do que empresas com menor grau de intangibilidade. Além disso, destaca-se a relação negativa entre as companhias auditadas pelas empresas big four e o maior nível de evidenciação contábil.

O Quadro 5, apresenta as hipóteses testadas e os achados empíricos evidenciados a partir das demais correlações realizadas nesta pesquisa.

Quadro 5 – Resultado das hipóteses testadas.

Hipóteses testadas	Resultados alcançados
H1: Empresas com maior grau de intangibilidade tendem a divulgar mais informações do que empresas com menor grau de intangibilidade.	Correlação positiva moderada
H2: Empresas com maior receita tendem a divulgar mais informações sobre intangíveis do que empresas com receitas menores.	Correlação positiva moderada
H3: Empresas mais inovadoras, isto é, que participaram mais do ranking, apresentam maior divulgação sobre intangíveis.	Correlação positiva moderada
H4: Empresas com maiores níveis de governança corporativa apresentam maior divulgação sobre intangíveis.	Correlação positiva baixa
H5: O tamanho da empresa é um fator determinante no nível de evidenciação.	Correlação positiva baixa
H6: Empresas auditadas por empresa big four apresentam maior nível de evidenciação.	Correlação negativa fraca

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Para a primeira hipótese calculou-se a média do grau de intangibilidade das empresas estudadas durante os anos de 2015 a 2020. Após aplicar o método de *Pearson* entre as variáveis valor médio do intangível com a razão pelo valor médio do ativo total e quantidade de itens evidenciados chegou-se ao valor de 0,5878, que se enquadra como uma correlação positiva moderada.

O resultado apresentado coadjuva-se com os achados apresentados por Moura, Varela e Beuren (2014), em que a variável apresenta com a correlação positiva de 58% com a variável índice de conformidade com o CPC 04. As demais pesquisas que também apresentaram resultados semelhantes foram Antunes, Leite e Guerra (2009) e Klapper e Love (2004), demonstrando que as empresas com maiores proporções de ativos intangíveis também apresentam a maior probabilidade de evidenciar informações sobre eles, isto é, divulgar mais informações para tornar-se mais transparentes e transmitir maior confiança ao mercado.

No caso da segunda hipótese, ao verificar o grau de correlação entre o valor da receita e a quantidade de itens evidenciados encontrou-se o valor de 0,5664, o que indica uma correlação positiva moderada. O resultado é semelhante ao encontrado no estudo de Ritta e Ensslin (2010), que evidenciou que os investimentos em ativos intangíveis explicam 41,83% do valor da receita líquida da organização.

Na terceira hipótese, ao analisar as variantes quantidade de vezes no *ranking* e quantidade de itens evidenciados chegou-se ao resultado 0,4266 que indica uma correlação

positiva moderada. Da mesma forma, o estudo de Viglioni e Calegario (2021) apontou que a intensidade do investimento em tecnologia da empresa mostra um fator importante no investimento da empresa em pesquisa e desenvolvimento, ativos intangíveis e sua evidenciação.

Ao analisar a quarta e quinta hipóteses, nível de governança corporativa e o tamanho da empresa, chegou-se aos resultados 0,0638 e 0,0632, respectivamente, que indicam correlação positiva baixa. A hipótese do tamanho da empresa também não apresentou correlação relevante na pesquisa de Viglioni e Calegario (2021). Já a sexta hipótese, auditoria, apresentou como resultado -0,3033, que indica uma correlação negativa fraca. Um dos motivos para esse resultado é que quase todas as empresas utilizavam auditoria externa de *bigfour*, sendo uma exceção aquelas que utilizaram outras empresas durante o período do estudo.

5. CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi analisar os fatores determinantes da evidenciação de ativos intangíveis nas empresas vencedoras do prêmio Valor Inovação Brasil listadas na B3 nos anos de 2015 a 2020 conforme requisitos de evidenciação estabelecidos pelo CPC 04 (R1). Para isso, realizou-se um estudo de cunho descritivo a partir das notas explicativas e Demonstrações Financeiras Padronizadas encerradas no período de 2015 a 2020.

Essa temática, além de vir se destacando no âmbito acadêmico, por meio de pesquisas técnicas e científicas, também têm tido cada vez mais significância no ambiente corporativo e influenciando na tomada de decisões, tendo em vista que, em função das normas internacionais de contabilidade. Nessa perspectiva, o CPC 04 (R1) se apresenta como um instrumento que visa, a partir do estabelecimento de diretrizes para o tratamento dos ativos intangíveis, reduzir a desigualdade informacional gerada pelas incertezas que cercam tais passivos. A correta e total utilização do CPC 04 (R1) reduziria a assimetria informacional fornecida pelas organizações e resultaria em uma melhor compreensão da informação contábil pelos usuários.

Sobre o problema de pesquisa, foi possível identificar que as hipóteses relacionadas ao grau de intangibilidade, valor da receita e a quantidade de participações no *ranking* tiveram correlação positiva moderada. Já as hipóteses sobre o nível de governança e o tamanho da empresa apresentam correlação baixa, não sendo um fator determinante do nível de divulgação dos itens do CPC 04 (R1). A hipótese de auditoria apresentou correlação negativa e fraca.

Um dos motivos para os resultados apresentados pode ser a grande variedade de áreas onde as empresas atuam, tornando-as muito diferentes entre si e criando uma limitação ao estudo. Assim, recomenda-se a realização dessa pesquisa utilizando-se de outras variáveis, tais como: variação de vendas, rentabilidade do patrimônio líquido, risco, despesas com pesquisa e desenvolvimento, despesas com treinamentos, quantidade de patentes concedidas e o valor de mercado.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, M. T. P.; LEITE, R. S.; GUERRA, L. F. Divulgação das informações sobre ativos intangíveis e sua utilidade para avaliação de investimentos: um estudo exploratório baseado na percepção dos analistas de investimentos. **Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, São Paulo, SP, Brasil, 9.
- AXTLE-ORTIZ, M. A. Perceiving the value of intangible assets in context. **Journal of Business Research**, Amsterdam, v. 66, n. 3, p. 417-424, 2013.
- BARROS, C. M. Gerenciamento de resultados contábeis e qualidade de governança corporativa: um estudo empírico em empresas brasileiras de capital aberto. Curitiba. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Mestrado em Contabilidade do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. 2012.
- BUDNIK, Iryna et al. Intangible assets in the external reporting in Ukraine: improvement of disclosure. **Współpraca Europejska**, v. 3, n. 47, p. 33-42, 2020.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC 04) (R1). **Pronunciamento Técnico – Ativo Intangível**, Disponível em <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/187_CPC_04_R1_rev%2014.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2020.
- CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S. Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras. **Revista de Administração Eletrônica**, São Paulo, v.1, n.1, art. 6, 2008.
- CUNHA, P.R.; PAMPLONA, S.; BEUREN, I. M.; KLANN, R. C. Compliance of the asset control software to the precepts of CPC 27 and ICPC 10. In: CONTECSI, 8., 2011, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo.
- DEVALLE, A.; RIZZATO, F.; BUSSO, D. Disclosure indexes and compliance with mandatory disclosure – The case of intangible assets in the Italian market. **Advances in accounting**, 35, 8-25, 2016.
- DINIZ FILHO, J. W. F.; DAMASCENO. A evidenciação do ativo intangível em empresas maranhenses. **Revista de auditoria, governança e contabilidade**, Monte Carmelo, v. 5, n. 20, p.1-15, 2017.

- FERLA, R.; MULLER, S. H.; KLANN, R. C. Influência dos ativos intangíveis no desempenho econômico de empresas latino-americanas. **Revista Brasileira de Finanças**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 2019.
- GARCIA, E. L. M.; LEGORI, L. P.; SANCHES, S. L. R.; FAIA, V. S. Evidenciação de Ativos Intangíveis no Brasil e na Austrália sob a Perspectiva da Teoria da Relevância Cultural da Contabilidade. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 6, n. 1, p. 6-23, 23 dez. 2017.
- GELBCKE, E. R.; SANTOS, A.; IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E. **Manual de contabilidade societária**. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2018.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017.
- GURGEL, D. M. P. **Inovação, sustentabilidade e desempenho econômico-financeiro**: uma análise das empresas persistentemente listadas no prêmio Valor Inovação Brasil e no ISE. 2021. 107 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria) - Programa de Administração e Controladoria, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.
- GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria básica**. 5. Ed. São Paulo, SP: AMGH, 2011.
- HOSS, O.; ROJO C. A.; GRAPEGGIA, M. **Gestão de ativos intangíveis**: da mensuração à competitividade por cenários. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
- IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 11. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015.
- KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **A estratégia em ação**: balanced scorecard. 21. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 1997.
- KLOEPPEL, N.; KLANN, R. C.; ZITTEI, M. V. M. Ativos intangíveis: reconhecimento em empresas de utilidade pública listadas na BM&FBovespa. **Revista de Estudos Contábeis**, Londrina, v. 4, n. 7, p. 98-115, 2013.
- KOMARA, Acep; GHOZALI, Imam; JANUARTI, Indira. Examining the firm value based on signaling theory. In: **1st International Conference on Accounting, Management and Entrepreneurship (ICAMER 2019)**. Atlantis Press, 2020. p. 1-4.
- LABIDI, Manel; GAJEWSKI, Jean François. Does increased disclosure of intangible assets enhance liquidity around new equity offerings?. **Research in International Business and Finance**, v. 48, p. 426-437, 2019.
- LIMA, G. H.; COSTA, K.; PINHEIRO, L. E. T.; LAMOUNIER, W. M. Fatores determinantes do nível de divulgação sobre partes relacionadas - Estudo nas companhias listadas no IBrX100. In: CONGRESSO ANPCONT, 10., 2016, Ribeirão Preto. **Anais [...]**. Ribeirão Preto: 2016. Disponível em: <https://anpcont.org.br/pdf/2016/CUE322.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2020.
- MACAGNAN, C. B. Evidenciação voluntária: fatores explicativos da extensão da informação sobre recursos intangíveis. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 46-61, mai./ago. 2009.

MAZZIONI, S.; SCHNEIDER, E. A.; Di DOMENICO, D.; KRUGER, S. D.; DEDONATTO, O.. Fatores determinantes da evidenciação de ativos intangíveis nas companhias brasileiras de utilidade pública. **Contabilometria** - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting, Monte Carmelo, v. 4, n. 2, p. 18-33, jul.-dez./2017.

MAZZIONI, S.; DOMENICO, D. D.; BEDIN, H. N. Evidenciação de informações dos ativos intangíveis em empresas de capital aberto. **Revista GEINTEC**. São Cristóvão/SE – 2014. V. 4, n. 5, p.1501-1520.

MIRANDA, K. F.; VASCONCELOS, A. C.; SILVA FILHO, J. C. L.; SANTOS, J. G. C.; MAIA, A. B. G. R. Ativos intangíveis, grau de inovação e o desempenho das empresas brasileiras de grupos setoriais inovativos. **Revista Gestão Organizacional**, 6(1), 4-17.

MOURA, G. D.; BARBOSA, S. A.; SCHIO, N. S.; MAZZIONI, S. Ativos intangíveis influenciam no desempenho financeiro e no valor de mercado de companhias abertas familiares? **Revista Catarinense de Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 19, p. 1-17, 2020.

MOURA, G. D.; DALLABONA, L. F.; FANK, O. L.; VARELA, P. S. Boas práticas de governança corporativa e evidenciação obrigatória dos ativos intangíveis. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos112011/507.pdf>. Acesso em 25 jun. 2020.

MOURA, G. D.; FANK, O. L.; VARELA, P. S. Evidenciação dos Ativos Intangíveis pelas Empresas do Setor de Energia Elétrica Listadas na BM&FBovespa. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 17–32, 2012.

MOURA, G. D.; VARELA, P. S.; BEUREN, I. M. Conformidade do disclosure obrigatório dos ativos intangíveis e práticas de governança corporativa. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 5, p. 140-170, 2014.

MURCIA, F. D. et al. ‘Disclosure Verde’ nas Demonstrações Contábeis: Características da Informação Ambiental e Possíveis Explicações para a Divulgação Voluntária. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 11, n. 1-2, 2009.

REBOUÇAS, L. S.; SANTIAGO, S. D. O.; RIBEIRO, A. W. A.; SILVA, M. N. M. Disclosure de ativos intangíveis e sua relação com o valor de mercado no setor de utilidade pública. **Caderno de Administração**, Maringá, v. 27, n. 2, p. 82-97, 2019.

REIS, L. G.; RAFAEL, A. B. L.; MILANI, B. L.; MIRANDA, D. R. Evidenciação dos ativos intangíveis pelas empresas do setor de energia elétrica: uma análise comparativa com empresas listadas na BM&FBovespa entre 2006 e 2012. **RIC - Revista de Informação Contábil**, Recife, v. 10, n. 1, p. 44-58, 2016.

RITTA, C. O.; CUNHA, L. C.; KLANN, R. C. Um estudo sobre causalidade entre ativos intangíveis e desempenho econômico de empresas (2010 - 2014). **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 92-107, 2017.

RITTA, C. O.; ENSSLIN, S. R. Investigação sobre a relação entre ativos intangíveis e variáveis financeiras: um estudo nas empresas brasileiras pertencentes ao Índice IBovespa nos anos de 2007 e 2008. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2010. p. 1-16.

Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos102010/231.pdf>. Acesso em: 25 set. 2021.

ROVER, S. et al. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando análise de regressão em painel. **R. Adm.**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 217- 230, abr./maio/jun. 2012.

SCHMIDT, A. G. T. S. Importância da Teoria da Divulgação nas Práticas de Governança Corporativa. In: CONGRESSO UNB DE CONTABILIDADE E GOVERNANÇA, 4., 2018, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: UnB, 2018. Disponível em: <https://conferencias.unb.br/index.php/ccgunb/4CCGUnB/paper/view/11356/2222>. Acesso em: 16 abr. 2021.

STEFANO, N. M.; CASAROTTO FILHO, N.; FREITAS, M. C. D.; MARTINEZ, M. A. T. Gestão de Ativos Intangíveis: implicações e relações da gestão do conhecimento e Capital Intelectual. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 22-37, 2014.

SPENCE, M. Job market signaling. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 83, n. 3, p. 355-374, 1973.

STRATEGY&. **Prêmio Valor Inovação Brasil**, 2020. Disponível em: <<https://www.strategyand.pwc.com/br/pt/inovacao-brasil-2020.html>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

TEH, C. C.; KAYO, E. K.; KIMURA, H. Marcas, patentes e criação de valor. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 9, n. 1, p. 86-106, 2008.

VERRECCHIA, R. E. Essays on Disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, n° 32, p. 97-180, 2001.

VIGLIONI, M. T. D.; CALEGARIO, C. L. L. How firm size moderates the knowledge and affects the innovation performance? Evidence from brazilian manufacturing firms. **Iberoamerican Journal of Strategic Management (IJSM)**, São Paulo, v. 20, p. 1-20, e15567, 2021.